

A FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA SOB A ÓTICA DO EMPREENDEDOR MORAL: UMA CATEGORIA DE ANÁLISE

RAQUEL PERES MACÊDO¹; ELAINE DA SILVEIRA LEITE²

¹Universidade Federal de Pelotas – raquelmacp@outlook.com

²Universidade Federal de Pelotas – esleite20@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

No contexto atual do capitalismo financeiro no Brasil, impulsionado pela consolidação das políticas neoliberais dos anos 1990 na América Latina, a preocupação com os setores de saúde e educação faz parte do projeto de ampliação das reformas de liberalização da economia presentes desde o Consenso de Washington. Assim, com o progressivo afastamento do Estado e a assimilação de um papel meramente regulador, a educação pública ganhou de forma exponencial a atenção dos agentes financeiros enquanto setor estratégico.

Nessa dinâmica, as críticas (sistematicamente seletivas) ao pouco engajamento político com a qualidade da educação básica pública somam-se à visão de um Estado ineficiente, desnecessariamente interventor e atrasado em relação ao mercado. É nesse cenário que a atuação das empresas privadas por meio de mecanismos diretos - como a transferência de capitais de investimento para atuarem na educação via parcerias público-privadas – ou indiretos – a partir de institutos de *advocacy* – é protagonista na reconfiguração do que antes eram políticas sociais e agora passam ao status de investimento.

Contudo, apesar de também ser parte fundamental, a justificação de todo esse processo não ocorre somente na esfera tecno-burocrática. A hipótese aqui levantada é a de que a construção de uma justificativa moral é condição inalienável para a legitimação dessa nova configuração do (que é um) direito social, nesse caso à educação. Este trabalho, portanto, busca discutir a incidência do conceito de empreendedor moral (BECKER, 2008) como categoria analítica aplicada aos atores sociais, isto é, fundadores dos braços filantrópicos de empresas privadas, responsáveis pela mobilização social em prol de suas ações.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada para alcançar os objetivos desse trabalho é de natureza estritamente qualitativa por meio da ferramenta de análise bibliográfica e método histórico. Já a base teórica utilizada está concentrada no resultado conceitual da pesquisa de Howard Becker na construção de sua teoria do desvio.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As transformações sociais, políticas e econômicas do período de consolidação das políticas neoliberais geraram novas formas de intervenções sociais no Brasil. Conforme apontado por Garcia (2004), diante das mudanças, o setor empresarial compreende ser exponencialmente vantajosa a combinação entre interesses privados e virtudes públicas. Enquanto ator social, o empresariado engaja socialmente a partir de um posicionamento como entes reguladores das ações de assistência social. Assim, além de reclamarem a

cidadania como enunciado auto-explicativo, estes se colocam como dotados de distintas responsabilidades morais - incluindo a de pautar e definir o que é de interesse público para a sociedade, como no caso da educação básica. Sem abandonar o apelo à responsabilidade individual como discurso e agregador cultural, esses atores se incumbem de oferecer respostas e preencher as lacunas deixadas pelo Estado na área. É nesse ponto, em que despontam marcadores emocionais como condutores do pensamento social, assim como nos lembra Hitlin (2015), que se compreende a figura do empreendedor moral.

O empreendedor moral, segundo Becker (2008), é aquele que age como um cruzado, alguém que, em missão sagrada, é encarregado de levar normativamente aos outros o “correto” de sua régua moral como sinônimo do que é “melhor” (Idem). Vale ressaltar que isso não torna o empreendedor moral - individual ou coletivo - automaticamente afeito ao autoritarismo. Pelo contrário, essas características tendem a aproximá-lo de causas humanitárias - como, por exemplo, é o caso de sua missão de “salvar” a educação pública.

No Brasil, a institucionalização do empreendedorismo moral por estas organizações é a peça fundamental para sua existência no processo de financeirização da educação pública aos moldes da agenda neoliberal. Por ser dominada por quadros economicamente importantes, “acrescentam ao poder que extraem da legitimidade de sua posição moral o poder que extraem de sua posição superior na sociedade” (BECKER, 2008, p. 155).

Assim, corroborando com o que desenha Becker, estando mais preocupado com os objetivos finais, o reformador moral tende a recorrer aos especialistas para criar e implementar as regras necessárias ao que assegurará suas intenções. Robustecendo, enfim, práticas que já não podem ser identificadas como *lobby*, mas anunciadas e defendidas como *advocacy*, as micro experiências são conectadas aos macro fenômenos na disputa pela educação pública intermediada por um pano de fundo moral pouco transparente em relação aos ganhos pretendidos e/ou alcançados.

4. CONCLUSÕES

A educação básica pública no Brasil está em disputa. Tal cenário não destoa da história desenhada ao longo dos anos no país, seja pela luta da garantia do direito à educação para todos, seja pela própria definição de responsabilidade do Estado diante desse processo. Considerando o modelo neoliberal como contexto estruturante dessa tensão na conjuntura do capitalismo financeiro no país, as análises do problema a partir dos empreendedores morais revela que não somente há novas concorrências, mas, sobretudo, existem estratégias particulares na busca pelo controle do campo educacional.

Dentre as áreas que se debruçam sobre o tema, a Sociologia desponta como ciência capaz de capturar este fenômeno para além dos limites institucionais, econômicos e políticos, mas também considerando suas intersecções na esfera social. Esse trabalho, portanto, evidencia que as práticas econômicas de financeirização não apenas são transpostas pelos discursos empresariais de cunho neoliberal, mas produzem moralidades no imaginário e na realidade social como condição necessária à sua existência.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, H. S. **Outsiders**. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [1963].

GARCIA, J. **O Negócio do Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

HITLIN, Steven. Os contornos e o entorno da Nova Sociologia da Moral. **Sociologias**, [S. l.], v. 17, n. 39, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/55321>. Acesso em: 29 ago. 2025.